

Valor Econômico  
FHC

## Nota fiscal comprova pagamento

**CARDOSO E BOSCO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**

Rua Antônio de Carvalho, 29 - Grupo 212 Parte  
CEP 20030-060 - Centro - Rio de Janeiro  
Tel. (021) 220-9794 - Fax (021) 220-9811

CGC

CGC 39.124.433/0001-94 - Ins. Mun. 00.326.100

**NOTA FISCAL  
DE SERVIÇOS**

Nº 833

1.ª VIA

Natureza dos Serviços **HONORÁRIOS -  
ADVOCATÍCIOS**

Cód. Fiscal

Data da Emissão da Nota 09/01/97

### USUÁRIO DOS SERVIÇOS

Nome da Empresa **CASA DA MOEDA DO BRASIL**

Endereço **Rua Rame Rittenburg** Nº **374**

Município **Rio de Janeiro** Estado **Rio de Janeiro**

Insc. CGC (MLF) **34164319** Insc. Mun. e/ou Est.

Quant.	Unid.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇOS R\$	
			UNITÁRIO	TOTAL
1	L	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS		300.000,00
		IRRF 7.875,00		
		RECEBEMOS		
		Rio de Janeiro		
		CARDOSO E BOSCO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C		

O Imposto Sobre Serviços, foi calculado pela alíquota de \_\_\_\_% de acordo com a Lei.

VALOR DOS SERVIÇOS	300.000,00
ISS	25.000,00
VALOR TOTAL DA NOTA R\$	325.000,00

Gratias Agio 11 Ltda. - Rua Ana Barbosa, 10 D/E - Tel. 01.756.788 - F. 0125363-0 - CGC 39.953.810/0001-08  
10 Tla. 5050 - 761 a 1280 - Art. 1919 - 7/94

Declaro que foram prestados os serviços constantes desta Nota Fiscal

Rio de Janeiro, de de 19

Nº 833

**Comprovante:** Na data do pagamento (09/01/1997), Carlos Eduardo Cardoso, sobrinho de FHC, ainda era sócio do escritório de advocacia

## A nota oficial da Casa da Moeda

A propósito das notícias na imprensa nesta data, versando sobre denúncias do Sindicato Nacional dos trabalhadores na Indústria Moedeira e de Similares a respeito de atos de gestão e ações em trâmite na Justiça, a Casa da Moeda do Brasil esclarece que:

1. Trata-se de denúncias de cunho eminentemente político, inteiramente desprovidas de fundamento e cujas contestações já foram devidamente apresentadas à Justiça e apreciadas pelo Ministério Público e pela Advocacia Geral da União, quando citada, tendo em todos os casos sido deixado clara a lisura dos procedimentos e a observância dos ditames legais;

2. Quanto à contratação de papel fiduciário efetuada junto ao único fornecedor nacional desse insumo, as negociações anuais com esse fabricante têm sempre visado, com sucesso, obter preços compatíveis com os praticados no mercado internacional especializado, sendo relevante registrar que, ao longo dos últimos cerca de cinco anos, tais preços, quando expressos em dólares americanos mostram-se declinantes.

Eis que, de cerca de US\$ 15/kg em 1996, tem-se hoje um preço médio contratado próximo de US\$ 11/kg, aí incluídos todos os tributos aplicáveis. Tais preços não podem ser comparados com aqueles obtidos para eventuais exportações de cédulas porquanto neste caso as especificações técnicas são distintas e o regime tributário segue regras específicas. A Casa da Moeda considera que a

contratação de um fornecedor nacional, desde que a preços aceitáveis e com a qualidade requerida, é assunto de relevância estratégica, porquanto concede independência em relação ao exterior no que concerne a matéria prima essencial, além de gerar empregos no nosso país.

3. Quanto ao fornecimento de discos de aço para cunhagem de moedas, os contratos com o antigo fornecedor, a Permetal, já estão extintos, e a dívida dessa empresa com a CMB é objeto de ação judicial em trâmite na Justiça, inclusive com a devida execução das garantias respectivas.

4. Quanto aos contratos com o escritório de advocacia Cardoso e Bosco, trata-se de instrumentos firmados em administrações anteriores à posse do Sr. Tarcísio Jorge Caldas Pereira como Presidente da Casa da Moeda. Já na sua gestão, um novo acordo foi celebrado com vistas a reduzir os honorários a que fazia jus o escritório em questão, os quais ficaram, além disso, condicionados ao êxito das ações de interesse da Casa, o que representou expressiva economia para os cofres desta empresa pública. Do montante deste último acordo, o escritório recebeu apenas R\$ 500 mil, quando anteriormente a projeção dos possíveis pagamentos de honorários representaria mais de R\$ 8 milhões.

É relevante esclarecer, ainda, que nas contestações que a CMB e seus Diretores apresentaram à Justiça os autores poderão vir a responder por litigância de má-fé.

A Diretoria da Casa da Moeda do Brasil

25 JUL 2000